

## Prefácio

José Roberto Rus Perez

**Como citar:** PEREZ, J. R. R. Prefácio. *In:* PARENTE, C. M. D. (org.) **Políticas públicas para a educação básica: avanços, desafios e perspectivas.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 7-10.  
DOI: <https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-117-1.p7-10>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

## Prefácio

O período de redemocratização do Estado brasileiro foi marcado pela descentralização, municipalização de políticas sociais e institucionalização da participação social e do controle social, com a criação de conselhos de políticas públicas, garantindo a interlocução entre a sociedade e o Estado. Houve, também, uma demanda expressiva por políticas sociais em favor da justiça, da equidade social e do combate à pobreza e às desigualdades sociais.

A partir da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em outubro de 1988, que consolidou os direitos de cidadania e a institucionalização da participação política e social, constituíram-se as principais legislações com base nos direitos sociais: o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Orgânica da Saúde, a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a Lei Orgânica da Assistência Social, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar.

No setor educacional, conforme a Constituição Brasileira e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, existem alguns princípios que devem ser observados na organização dos sistemas de ensino, entre os quais: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; valorização do profissional da educação escolar; gestão democrática do ensino público; garantia de padrão de qualidade.

Desde então, ocorreram avanços importantes na ampliação do acesso a todos os níveis e modalidades educacionais, chegando à universalização do acesso ao ensino fundamental. Os dados disponíveis permitem concluir que o sistema educacional brasileiro, apesar de seu expressivo crescimento e da ampliação do atendimento da população na faixa etária, ainda está longe de uma boa eficiência e apresenta um baixo rendimento.

Malgrado a democratização das vagas, o sistema educacional está longe de atender a equidade, subsistindo fortes desigualdades regionais e internas ao próprio sistema. A partir de meados da década de 1980, ocorreram inúmeras experiências e iniciativas, nos municípios e estados, com a introdução de inovações nos programas visando a melhora da qualidade de ensino, o incremento de processos descentralizadores de repasse de recursos federais para os demais níveis de governo, podendo-se assim dizer que, ao final da segunda década do século XXI, o país passa por uma transição, que marca o início de um novo período capaz de ampliar a escolarização efetiva da população.

Contudo, há necessidade de um esforço mais concentrado dos diferentes níveis de governo na implementação de políticas educacionais que contemplem não só um progresso dimensionado quantitativamente, mas um avanço qualitativo que envolva dimensões tais como: formação dos professores, remuneração, material didático de apoio, adequação dos currículos, sistemáticas de avaliação, gestão da unidade escolar dentre outras.

Diante dessa situação tão complexa, Cláudia da Mota Darós Parente, como organizadora, nos brinda com o denso estudo **Políticas públicas para a educação básica: avanços, desafios e perspectivas** em que analisa a atuação de políticas públicas educacionais para a efetivação do direito à educação. O presente livro é fruto de investigação da

organizadora, desde sua dissertação de mestrado e de sua tese de doutorado, e de sua longa e rica atividade docente, e de um grupo de professores e pesquisadores universitários oriundos de diversas áreas de investigação e também de professores e diretores da rede pública de ensino.

Para concretizar os propósitos deste livro, optou-se pela perspectiva interdisciplinar, apoiada nas ciências da Educação, entendida na perspectiva de Bernard Charlot, e na Ciência Política, compreendido o ciclo de vida de uma *policy*, especialmente as etapas da formulação e implementação, e também com conceitos analíticos oriundos do campo sociológico para a análise de currículo, educação inclusiva e de gênero. Abrangendo uma vasta temática, o leitor encontrará análise da política educacional em sua dimensão mais ampla, organização da jornada escolar, gestão dos sistemas, financiamento, educação infantil, diferentes áreas curriculares, alfabetização, formação de professores, questões culturais e participação popular, inclusão escolar, gênero e sexualidade.

Além dessa amplitude de temática, destaca-se a preocupação dos autores dos capítulos em explicitar os referenciais analíticos utilizados, visando aprofundar as discussões relacionadas à função social da escola, ao papel do Estado, da família e da sociedade, a partir de diferentes perspectivas e abordagens teóricas. Ressalto, aqui, apenas um exemplo teórico-metodológico muito criativo e profícuo: o modelo de análise das políticas de ampliação da jornada escolar, que se constitui num instrumento extremamente útil para pesquisadores da área e tomadores de decisão.

Como o próprio título indica, encontramos na maioria dos textos o esforço em atingir as duas dimensões propostas. A primeira trata de apresentar um diagnóstico da situação atual, uma profunda análise contextual que possibilita identificar os avanços e as dificuldades, sejam eles quantitativos, qualitativos ou institucionais. Para tanto, são utilizados

dados quantitativos, análise da legislação, destacando-se as mais atuais como o Plano Nacional de Educação e a Base Nacional Comum Curricular, e a análise da prática na sala de aula.

Para operacionalizar a dimensão perspectivas, com base na análise do contexto atual e de tendências, os textos sempre buscam apontar para possíveis desmembramentos das políticas e programas no que se refere às diretrizes e concepções da educação básica no Brasil atual. Vale a pena enfatizar que quase todas as análises apontam para uma situação em que se identifica que o MEC tem desempenhado um papel frágil na articulação do sistema educacional entre os diferentes níveis de governo e uma ruptura nos modelos dos programas e projetos federais e que mostram, em muitos casos, retrocessos e queda nos rendimentos nas avaliações em larga escala. Dada a grandiosidade de nosso sistema educacional e o número de atores envolvidos nas várias esferas de governo, os autores destacam que existem muitas experiências interessantes acontecendo nas redes de ensino sejam estaduais ou municipais.

Eis aqui, caro leitor, um livro de fundamental importância seja para profissionais da educação (tomadores de decisão, gestores, professores), seja para estudantes universitários, especialmente de educação, mas também das áreas de saúde, de serviço social, de direito, assim como para um público mais amplo interessado por compreender a política educacional brasileira.

Primavera/2021

Madri - Espanha

*José Roberto Rus Perez*

Professor aposentado da

Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)